



**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE GOIÁS – PUC GOIÁS
PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO
ESCOLA DE GESTÃO E NEGÓCIOS
CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS**

GABRIEL MADUREIRA QUERUBIM

**A IMPORTÂNCIA DA EDUCAÇÃO FINANCEIRA NA INFÂNCIA E SUA
INTEGRAÇÃO NO CURRÍCULO ESCOLAR**

**GOIÂNIA
2024**

**A IMPORTÂNCIA DA EDUCAÇÃO FINANCEIRA NA INFÂNCIA E SUA
INTEGRAÇÃO NO CURRÍCULO ESCOLAR**
**THE IMPORTANCE OF FINANCIAL EDUCATION IN CHILDHOOD AND
ITS INTEGRATION INTO THE SCHOOL CURRICULUM**

Gabriel Madureira Querubim

Vital Henrique Barbosa Costa

RESUMO

Este artigo aborda a importância da educação financeira na infância e sua integração ao currículo escolar, com foco no contexto brasileiro, onde as desigualdades sociais e educacionais são marcantes. A educação financeira é analisada não apenas como uma habilidade prática para o gerenciamento do dinheiro, mas como um processo formativo que visa a construção de cidadãos críticos e conscientes. A proposta de inclusão dessa temática desde os primeiros anos de escolaridade é vista como fundamental para a formação de valores éticos e sociais, promovendo um entendimento sobre consumo responsável, sustentabilidade e cidadania financeira. A pesquisa destaca a relevância de tratar a educação financeira de maneira transversal, integrando-a a outras áreas do conhecimento, e enfatiza a necessidade de práticas pedagógicas que considerem as realidades socioeconômicas diversas dos alunos. A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) é mencionada como uma diretriz importante, mas o artigo também alerta que sua aplicação depende de um esforço conjunto entre educadores, escolas, famílias e políticas públicas para garantir uma educação financeira significativa e transformadora. Exemplos como o programa “Aprender Valor” e a Estratégia Nacional de Educação Financeira (ENEF) são apresentados como iniciativas positivas, mas que exigem continuidade e aprofundamento. Em última análise, o artigo conclui que a educação financeira não é apenas uma competência técnica, mas um direito fundamental que contribui para a redução das desigualdades sociais e para a formação de uma sociedade mais equitativa e sustentável.

Palavras-chave: Educação Financeira. Educação Infantil. Ensino Fundamental.

ABSTRACT

Gabriel Madureira Querubim, gabrielmadureiraquerubim@gmail.com. Curso de Ciências Contábeis. Escola de Direito, Negócios e Comunicação, Pontifícia Universidade Católica de Goiás.

This article addresses the importance of financial education in childhood and its integration into the school curriculum, with a focus on the Brazilian context, where social and educational inequalities are significant. Financial education is analyzed not only as a practical skill for money management but as a formative process aimed at building critical and aware citizens. The proposal to include this theme from the early years of schooling is seen as fundamental for the formation of ethical and social values, promoting an understanding of responsible consumption, sustainability, and financial citizenship. The research highlights the relevance of addressing financial education in a transversal manner, integrating it with other areas of knowledge, and emphasizes the need for pedagogical practices that take into account the diverse socioeconomic realities of students. The National Common Curricular Base (BNCC) is mentioned as an important guideline, but the article also warns that its implementation depends on a collective effort among educators, schools, families, and public policies to ensure meaningful and transformative financial education. Initiatives such as the “Aprender Valor” program and the National Financial Education Strategy (ENEF) are presented as positive examples, but they require continuity and further development. Ultimately, the article concludes that financial education is not only a technical skill but a fundamental right that contributes to the reduction of social inequalities and the formation of a more equitable and sustainable society.

Keywords: Financial Education, Early Childhood Education, Elementary Education.

1. INTRODUÇÃO

A educação infantil, reconhecida como uma fase essencial para o desenvolvimento humano, tem atraído a atenção de estudiosos e formuladores de políticas ao redor do mundo. O reconhecimento da importância da educação nos primeiros anos de vida evoluiu significativamente, especialmente nas últimas décadas. A Declaração de Jomtien (1990) e a Conferência Mundial sobre Educação para Todos contribuíram para a construção de um entendimento mais profundo sobre o valor da educação infantil como um direito fundamental, enfatizando que a formação integral das crianças não deve ser subestimada.

No Brasil, essa valorização se concretizou com a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) em 1996, que estabeleceu o acesso à educação infantil como prioridade. Essa legislação não apenas legitima a educação das crianças de zero a seis anos, mas também reconhece sua importância para a formação de habilidades cognitivas, sociais e emocionais. Entretanto, a implementação prática dessa proposta enfrenta desafios, refletindo desigualdades sociais e limitações estruturais nas instituições de ensino.

Por certo, a ausência de uma abordagem estruturada sobre finanças pode resultar em adultos desprovidos de habilidades essenciais para gerir suas vidas financeiras. A construção de uma relação saudável com o dinheiro deve começar na infância, período em que as crianças formam suas primeiras noções de valor, troca e consumo, influenciadas, entre outros fatores, pelo ambiente social que as cerca. Bem como, referenciado pelas teorias de Lev Vygotsky (1978), que destacam a importância da mediação social na formação do indivíduo. Para Vygotsky, o desenvolvimento cognitivo é um processo que se dá em constante interação com o meio, enfatizando que a aprendizagem se constrói a partir das experiências sociais. Nesse sentido, D'Aquino (*apud* Souza, 2012) afirma que as bases do modelo financeiro são construídas, por volta, da idade de 5 anos, a partir do que a criança ouve e vê os adultos dizerem e fazerem.

Complementarmente, a teoria do desenvolvimento cognitivo de Jean Piaget fornece uma estrutura valiosa para a compreensão da evolução das capacidades intelectuais das crianças. Piaget (1974) identifica diferentes estágios de desenvolvimento, como o sensório-motor e o pré-operacional, onde as crianças começam a articular conceitos de quantidade e valor. Nesse contexto, a educação financeira pode ser introduzida de forma que dialogue com a curiosidade inerente à infância, permitindo que as crianças não apenas entendam os conceitos financeiros, mas também os relacionem com sua realidade cotidiana.

Mediante ao exposto, questiona-se: Qual a importância da educação financeira na infância? Por que ainda não tem um espaço no currículo escolar?

A presente pesquisa justifica-se pela necessidade de compreender a educação financeira na infância de uma maneira interdisciplinar, indo além de uma simples instrução sobre práticas econômicas ou habilidades numéricas. Em um contexto como o do Brasil, onde as desigualdades sociais e educacionais são evidentes, é crucial tratar a educação financeira não apenas como um conjunto de regras e informações, mas como um processo formativo que envolve a construção de um sujeito crítico e consciente de sua realidade. A abordagem proposta

reconhece o papel das influências sociais e culturais na formação da relação da criança com o dinheiro, considerando a importância de um aprendizado contextualizado e significativo, que reflita as realidades dos alunos.

Além disso, é relevante destacar que a integração da educação financeira no currículo escolar se revela uma questão complexa e relevante, dada a necessidade de proporcionar aos estudantes as competências necessárias para tomar decisões informadas e responsáveis no que diz respeito ao dinheiro, ao consumo e à vida cotidiana. Ao tratar a educação financeira como uma ferramenta essencial para a formação de cidadãos críticos e conscientes, o estudo visa contribuir para o desenvolvimento de habilidades que transcendam o aprendizado teórico e que se relacionem diretamente com o cotidiano dos estudantes.

Diante desse panorama, este estudo tem como objetivo principal investigar a relevância da educação financeira na formação de crianças, buscando compreender como essa temática pode ser integrada ao ensino formal de maneira eficaz.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1. EDUCAÇÃO INFANTIL EM INTERFACE COM A EDUCAÇÃO FINANCEIRA

A compreensão da infância, tal como a conhecemos hoje, começou a emergir entre os séculos XVI e XVII, período em que as mudanças sociais e culturais na Europa começaram a redefinir o papel da criança na sociedade. Antes desse marco, a visão predominante tratava as crianças como adultos em miniatura, uma perspectiva que desconsiderava as especificidades do desenvolvimento infantil (Craidy e Kaercher *apud* Souza, 2012, p. 18). Nesse contexto, a infância era frequentemente caracterizada por uma abordagem utilitária, onde as crianças eram incorporadas ao trabalho e às responsabilidades adultas desde tenra idade, sem uma consideração adequada para suas necessidades emocionais e cognitivas.

No entanto, com o advento do Renascimento e a redescoberta do valor do indivíduo, começou a se reconhecer a infância como uma fase única e distinta do desenvolvimento humano (Craidy e Kaercher *apud* Souza, 2012, p. 18). Pensadores como John Locke e Jean-Jacques Rousseau foram fundamentais nesse processo, defendendo a ideia de que as crianças possuem características próprias, que merecem ser respeitadas e cultivadas

Essa nova concepção não apenas desafiou a visão reducionista da criança, mas também lançou as bases para práticas educativas que valorizavam o desenvolvimento integral do ser humano. O reconhecimento da infância como uma fase de aprendizado e crescimento, com suas próprias particularidades e ritmos, abriu caminho para a construção de sistemas educacionais que buscavam respeitar e nutrir essa etapa fundamental da vida, afastando-se da ideia de que as crianças deveriam ser tratadas como meros mini-adultos (Souza, 2012).

Souza (2012) chama a atenção para o fato de que no século XVII, a educação era uma responsabilidade da Igreja. Contudo, fatos como a descoberta de novas terras, a evolução científica, tecnológica, filosófica, e, segundo a autora, principalmente o advento da imprensa possibilitam um acesso facilitado à leitura. De certo, a Revolução Industrial, que marca a virada do feudalismo para o capitalismo, carrega mudanças profundas no seio doméstico e social que solicitam uma nova forma de aprendizagem, para as demandas que agora se apresentavam. É nesse contexto que, segundo Souza (2012), emerge a preocupação com a educação para crianças de 0 a 6 anos.

As ideias de pensadores como Pestalozzi passam a nortear o campo da educação. Para ele, a organização da escola deveria ser feita da seguinte maneira: “uma classe com os que tinham menos de oito anos, outra com os meninos de oito a onze anos e a terceira com os alunos de doze a dezoito anos” (Souza, 2012, p. 20). Friedrich Froebel concretiza suas ideias criando o jardim de infância, que dentre outras coisas, surgia naquele contexto como um meio de superação da miséria das famílias, uma esperança que surgia em suas vidas.

Quando se pensa especificamente a educação financeira, deve-se levar em consideração, que por muito tempo, ela ocorreu em seio familiar, pois junto dos adultos e de outras crianças aprendia-se os conhecimentos necessários para sobrevivência social (Souza, 2012). Entretanto, a autora Souza (2012) chama a atenção para o fato de que: “Não é hábito dos brasileiros fazer planejamentos financeiros, falar sobre dinheiro, principalmente com criança” (Souza, 2012, p. 25).

Sonia Maria Destefani destaca (2015) que a falta de educação financeira na vida do brasileiro pode ser percebida quando, durante uma compra, a sua preocupação é se o valor da parcela se adequa ao seu salário. A autora salienta ainda que,

Geralmente, ele não se atém aos juros embutidos nas parcelas e nem ao valor final daquilo que adquiriu. Esse analfabetismo financeiro forma cidadãos que trabalham muito e usufruem pouco, justamente por não saberem lidar com o dinheiro (Destefani, 2015, p. 275).

A educação financeira em âmbito familiar, para a autora, não diz respeito à prática de economizar, mas sim a trabalhar com o dinheiro, de modo que este propicie uma vida confortável. Nesse sentido, Gallo *et al.* (2023) chama a atenção para o fato de que a má gestão financeira gera problemas como a ansiedade, baixa estima, isolamento social, dentre outros males presentes na vida contemporânea.

2.2. A EDUCAÇÃO FINANCEIRA NO BRASIL

No contexto brasileiro, é possível salientar que a falta da educação financeira com qualidade ao longo da vida, em especial no período de formação do sujeito (infância e adolescência) acarreta sérios impactos na qualidade de vida e saúde. É o que aponta Gallo *et al.*:

Enquanto isso um estudo realizado pela Federação Brasileira de Bancos – (FEBRABAN (2021) apud Agência Brasil (2021)), em parceria com o Banco Central demonstra que aproximadamente 58,4% das famílias Brasileiras tem o dinheiro como fonte de estresse. Que por sua vez tem potencial de levar a problemas familiares como divórcios, discussões, violências físicas e mentais que afetam tanto os mais velhos como mais novos assim ocasionando em traumas logo na infância que ao decorrer do tempo pode ser passado para as próximas gerações caso a educação financeira não venha a fazer parte da vida dessas pessoas (Gallo *et al.*, 2023, p. 4).

É importante destacar que a educação financeira se organiza por duas frentes principais: pessoal e profissional. No que diz respeito ao contexto pessoal, o entendimento da economia é crucial para perceber como as condições econômicas moldam as escolhas financeiras das famílias. Esse entendimento envolve aspectos como a gestão do orçamento familiar, a prática da poupança, a realização de investimentos e a proteção por meio de seguros. Esses elementos são fundamentais para manter a estabilidade financeira, especialmente em tempos de adversidade econômica, quando a capacidade de gerir os recursos disponíveis e lidar com imprevistos se torna ainda mais importante. Já no contexto empresarial, o conhecimento financeiro adquire uma dimensão mais técnica, englobando a interpretação de relatórios financeiros, a gestão do fluxo de caixa e a análise das práticas de governança corporativa implementadas pelas organizações. Esses conceitos são essenciais para a tomada de decisões estratégicas, como a alocação de capital, a avaliação de desempenho e a definição de políticas de investimento. Além disso, garantem que as empresas operem de maneira transparente e em conformidade com as normas e regulamentações, ajudando a preservar sua competitividade e a maximizar o valor gerado para seus acionistas e demais envolvidos (Gallo *et al.*, 2023).

Ao focar-se no contexto educacional brasileiro, verifica-se que apenas em 2017, a educação financeira foi incluída na Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Esse é um documento normativo que padroniza as estratégias curriculares e propostas pedagógicas da educação básica brasileira. Na BNCC, a educação financeira é integrada às áreas de conhecimento e é particularmente enfatizada nas disciplinas de Matemática e Ensino de Ciências. A proposta é que os alunos aprendam a lidar com questões financeiras de forma crítica e consciente, desenvolvendo habilidades como planejamento, organização e tomada de decisão em relação ao uso e ao consumo do dinheiro. A educação financeira é apresentada não apenas como um conjunto de regras, mas como uma competência que envolve a reflexão sobre valores, o reconhecimento das consequências das escolhas financeiras e a importância do consumo responsável.

Gallo *et al* (2023) chama a atenção para duas perspectivas distintas sobre a adoção da educação financeira: a educação, defendida pelos autores Manson e Wilson e outra por Savoia. Os primeiros autores entendem que iniciativas de educação financeira são essenciais para desenvolver o conhecimento e as competências necessárias que permitem aos indivíduos uma visão crítica e bem-informada sobre as opções financeiras no mercado. A finalidade desses programas é preparar as pessoas para administrarem suas finanças pessoais de forma responsável e eficiente, promovendo uma tomada de decisão mais consciente e segura em relação ao seu dinheiro. Já Savoia, na perspectiva de Gallo, sugere que “é essencial que os programas educacionais se concentrem nas áreas de finanças pessoais em que os indivíduos apresentam conhecimento inadequado. Isso inclui aspectos como planos de aposentadoria e conceitos básicos de investimentos” (Gallo *et al.*, 2023, p. 6).

É possível indicar que, no Brasil, um dos problemas do ensino da educação financeira é a falta de profissionais capacitados para tal lecionar tal conteúdo, ainda que, a Lei nº 13.455/2017 torne obrigatória a sua inserção como eixo transversal nas diretrizes curriculares. Além disso, a BNCC ressalta a relevância do contexto social e cultural no aprendizado, reconhecendo que a formação de uma consciência financeira crítica deve considerar as realidades e desafios enfrentados pelos estudantes em suas comunidades. Dessa forma, a educação financeira na BNCC busca promover não apenas o conhecimento técnico, mas também a formação de cidadãos mais informados e responsáveis, capazes de tomar decisões financeiras que impactem positivamente suas vidas e a sociedade como um todo.

2.3. A EDUCAÇÃO FINANCEIRA NAS ESCOLAS E PROGRAMAS DO GOVERNO

Em um país deficitário no que diz respeito ao processo de ensino aprendizagem, não é de se estranhar a incapacidade das famílias em nortear e formar os filhos com consciência e habilidade no trato com as finanças. Tenfen (2022, p. 15) cita uma pesquisa realizada pela Standard & Poor's, na qual é possível verificar que o “Brasil ocupa a 74ª posição no ranking global que avalia sobre alfabetização da população em educação financeira”. Para o autor, essa condição familiar incube o Estado de uma maior responsabilidade na alfabetização financeira.

O autor salienta ainda que a implementação da educação financeira na educação básica formal enfrenta o desafio da multiplicidade de realidades socioeconômicas e de níveis de investimentos por alunos, entre outros fatores oriundos da desigualdade social. A capacidade de sucesso no aprendizado financeiro está relacionada com a melhoria dos níveis de aprendizagem em leitura e matemática. Nesse sentido, Tenfen (2022, p. 19) remete-se ao Banco Central do Brasil na compreensão de que “para quem não entende a matemática por trás dos juros, é muito difícil explicar a importância de começar a poupar cedo ou o quão rapidamente uma dívida aumenta ao realizar empréstimos com altas taxas cobradas por instituições financeiras”.

A implementação da educação financeira nas escolas pode ser facilitada por uma abordagem interdisciplinar, que combina conhecimentos de diferentes áreas e conecta o aprendizado com situações cotidianas dos estudantes, como fazer compras no supermercado ou adquirir roupas e jogos. Essa estratégia promove um entendimento prático e incentiva o consumo consciente desde cedo. Além disso, a formação de parcerias entre escolas e outras instituições ajuda a expandir o alcance desses programas. Tecnologias digitais e aulas presenciais conduzidas por especialistas também são ferramentas valiosas para ampliar e diversificar as iniciativas de educação financeira, tornando-as acessíveis a estudantes de diversas regiões do país. Essas perspectivas são essenciais na medida em que “inserir a educação financeira no sistema de ensino não significa simplesmente oferecer informações ou conselhos financeiros” (Tenfen, 2022, p. 19). Assim, para o autor, “a escola deve contribuir à formação de indivíduo capaz de buscar novas informações e adaptar-se a novos cenários” (Ibidem).

Salienta-se que entre 2010 e 2011, a Estratégia Nacional de Educação Financeira (ENEF) implementou um projeto piloto de educação financeira em escolas públicas de ensino

médio no Brasil, obtendo resultados significativos para o desenvolvimento socioeconômico do país. Observou-se um aumento de 1% na taxa de poupança entre os jovens que participaram do programa; 21% dos estudantes passaram a organizar listas de gastos mensais; e 4% a mais adotaram o hábito de negociar preços e condições de pagamento. As atividades educacionais também estimularam diálogos familiares sobre orçamento, planejamento financeiro e controle de despesas, promovendo uma cultura de gestão financeira no cotidiano dos alunos e suas famílias (Tenfen 2022).

O Brasil tem promovido iniciativas de educação financeira nas escolas públicas, com o objetivo de preparar estudantes e professores para uma gestão consciente e planejada dos recursos financeiros. O programa Aprender Valor, lançado pelo Banco Central em 2020 e financiado pelo Fundo de Defesa de Direitos Difusos, busca desenvolver competências financeiras nos alunos do ensino fundamental, integrando o tema de forma transversal em disciplinas como Matemática e Ciências Humanas, conforme a Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Após uma fase piloto, a expansão nacional em 2021 permitiu que redes municipais e estaduais de ensino adotassem o programa, estimulando uma cultura de poupança e consumo consciente. Complementarmente, o programa Educação Financeira na Escola, realizado em parceria entre a Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e o Ministério da Educação (MEC), foca na capacitação de professores para disseminar educação financeira em escolas de todo o país. Por meio de cursos online, materiais didáticos e orientação pedagógica, o programa aborda temas como formação de poupança, uso responsável do crédito, proteção contra fraudes e sustentabilidade financeira. Ambas as iniciativas visam formar cidadãos críticos e conscientes em relação ao consumo e à administração de recursos, contribuindo para o bem-estar financeiro individual e coletivo (Tenfen, 2022).

2.4. DOCUMENTOS OFICIAIS BRASILEIROS QUE NORTEIAM A EDUCAÇÃO FINANCEIRA

A inclusão da educação financeira no Brasil foi gradualmente impulsionada por iniciativas estruturadas para regulamentar e promover o tema. Em 2006, foi criado o Comitê de Regulação e Fiscalização dos Mercados Financeiros (Coremec), com a missão de coordenar as atividades relacionadas à captação da poupança popular, sinalizando um avanço em direção à educação financeira no país. No ano seguinte, a Deliberação nº 3 do Coremec estabeleceu a

formação de um Grupo de Trabalho com a tarefa de elaborar a Estratégia Brasileira de Educação Financeira, que definiu diretrizes, objetivos e áreas prioritárias, como o desenvolvimento de habilidades em finanças pessoais, o incentivo à poupança e a preparação para a aposentadoria. Esse movimento foi fundamental para a criação de uma base normativa que possibilitou a implementação de ações voltadas para a educação financeira nas escolas brasileiras, com foco em públicos específicos e estratégias voltadas à inclusão financeira. Este capítulo irá explorar as diretrizes e documentos normativos que orientam a inserção da educação financeira na educação básica, analisando o impacto de cada um no fortalecimento dessa política educacional no Brasil (Cordeiro; Costa; Silva, 2018).

Para os autores Cordeiro, Costa e Silva (2018), o avanço da educação financeira no Brasil foi consolidado com a Deliberação nº 5 de 2008, que estabeleceu os objetivos e diretrizes da Estratégia Nacional de Educação Financeira (ENEF). Os objetivos principais da ENEF incluem promover a cultura financeira no país, ampliar a compreensão dos cidadãos sobre a gestão de recursos e contribuir para a solidez dos mercados financeiros. As diretrizes destacam a natureza permanente do programa, de caráter nacional e com ações de interesse público. A criação da ENEF também resultou na formação do Comitê Nacional de Educação Financeira (CONEF) e do Grupo de Apoio Pedagógico (GAP), ambos com a missão de fortalecer a educação financeira no Brasil. Em 2010, o Decreto nº 7.397 formalizou a ENEF, o CONEF e o GAP, com o objetivo de promover a educação financeira e previdenciária em todo o território nacional, buscando a inclusão e a formação de parcerias com instituições públicas e privadas. As ações da ENEF, gratuitas e de interesse público, visam garantir que a educação financeira chegue a toda a população, com foco na tomada de decisões conscientes, independentes de classe social ou origem.

Os autores ressaltam que embora a educação financeira esteja inserida no currículo escolar brasileiro, ela ainda não está formalmente incorporada nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) ou nas Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN). No entanto, os PCNs permitem a inclusão de novos temas por meio dos Temas Transversais (TT), que abrangem questões sociais relevantes e urgentes, como esse. Antes da formalização da educação financeira no currículo, o Grupo de Trabalho da Estratégia Nacional de Educação Financeira (ENEF) criou materiais didáticos para o Ensino Médio, implementados entre 2010 e 2011 em um projeto piloto em 891 escolas públicas de seis estados. O objetivo era promover a cultura de educação financeira, capacitar os cidadãos a tomar decisões financeiras mais conscientes e contribuir para

a solidez dos mercados financeiros. Inicialmente, foi inserida no Ensino Médio, com a produção de materiais colaborativos, que ajudaram a transmitir conhecimentos essenciais sobre planejamento, poupança, consumo consciente e investimentos, buscando transformar a cultura financeira no país. Além disso, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), de 2017, indica a necessidade de incorporar tais de forma transversal e integradora no currículo escolar. Apesar de ser um tema novo nas escolas, os avanços já feitos representam um passo importante para sensibilizar a sociedade de sua relevância no processo educacional e para o fortalecimento do ensino nos níveis fundamental e médio.

3. METODOLOGIA

A metodologia utilizada para execução da pesquisa que gerou este artigo foi a revisão bibliográfica, uma abordagem fundamental para a construção do embasamento teórico e a compreensão do estado da arte sobre o tema estudado. A revisão bibliográfica permitiu ao pesquisador analisar as principais produções acadêmicas recentes na área de educação financeira na educação básica, com foco nas últimas produções de graduação e pós-graduação em ciências contábeis e economia, conforme orientação do orientador.

Diferente do processo usual de levantamento de fontes por meio de bases de dados acadêmicas, nesta pesquisa, o levantamento foi direcionado por textos específicos recomendados pelo orientador. Esses textos, selecionados com base na sua relevância e atualidade, foram provenientes de dissertações, teses e outros trabalhos de conclusão de curso nas áreas de ciências contábeis e economia, que versaram sobre a educação financeira no contexto da educação básica.

A análise das publicações envolveu uma leitura crítica, com o intuito de identificar os principais conceitos, teorias e metodologias que orientaram esses estudos, além de comparar os resultados encontrados e destacar as contribuições e limitações observadas. A seleção dos textos foi feita com base em critérios específicos, como a pertinência ao tema da pesquisa, a qualidade das produções acadêmicas e sua proximidade com os objetivos do estudo.

A partir dessa revisão, foi possível organizar as informações de forma temática, proporcionando uma visão clara sobre os diferentes aspectos do tema e permitindo a identificação de áreas que ainda carecem de investigação. A revisão bibliográfica, dessa forma,

contribuiu para fundamentar teoricamente a pesquisa, situando o trabalho no contexto das abordagens mais recentes sobre o tema da educação financeira na educação básica.

4. DISCUSSÃO

A educação infantil, como uma fase crucial no desenvolvimento humano, é reconhecida mundialmente como um ponto de partida essencial para a formação das capacidades cognitivas, sociais e emocionais das crianças. Nas últimas décadas, a educação infantil ganhou destaque não apenas como uma prioridade para o desenvolvimento social, mas também como um direito fundamental das crianças. Essa valorização teve seu marco no Brasil com a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), em 1996, que formalizou a educação infantil como uma prioridade na política pública educacional do país. No entanto, apesar do reconhecimento legal e teórico, a implementação da educação infantil enfrenta desafios significativos, refletindo desigualdades sociais e limitações estruturais no sistema educacional brasileiro. Nesse contexto, surge a necessidade de refletir sobre uma questão ainda pouco abordada de maneira sistemática: a inclusão da educação financeira no currículo escolar. A educação financeira, em sua essência, envolve não apenas o conhecimento de práticas monetárias, mas também a formação de uma consciência crítica sobre o valor do dinheiro, as escolhas de consumo e a gestão financeira, que se constroem desde a infância.

É possível compreender que a educação financeira, ao ser considerada uma competência essencial, deve ser tratada com a mesma seriedade com que se aborda outras formas de alfabetização. Lev Vygotsky, com suas teorias sobre o desenvolvimento cognitivo, destaca que o aprendizado não ocorre de maneira isolada, mas em interação com o ambiente social. De acordo com Vygotsky, a mediação social, realizada pelos adultos, é um fator determinante para o desenvolvimento das crianças. No caso da educação financeira, isso significa que a criança começa a formar suas primeiras noções sobre dinheiro, valor e troca a partir das interações com os adultos ao seu redor, que podem ser pais, professores ou outros membros da comunidade. Dessa maneira, o que a criança observa e ouve no ambiente social impacta profundamente seu entendimento sobre finanças. Por exemplo, o comportamento dos pais em relação ao consumo, ao planejamento e ao valor do dinheiro, é um fator determinante no processo de socialização financeira das crianças. A ausência de uma abordagem sistemática sobre educação financeira

nas escolas pode levar a uma geração de adultos desprovidos de habilidades para gerenciar suas finanças de maneira responsável.

Nesse sentido, as abordagens teóricas de Jean Piaget, embora centradas no desenvolvimento cognitivo, também oferecem uma estrutura útil para a análise do aprendizado de conceitos financeiros na infância. Piaget afirma que as crianças passam por diferentes estágios de desenvolvimento cognitivo, nos quais suas capacidades para entender conceitos de quantidade, valor e quantidade começam a emergir. No estágio pré-operacional, que abrange as idades de 2 a 7 anos, as crianças começam a compreender noções básicas de quantidade e valor, embora ainda não possuam uma compreensão completamente formalizada desses conceitos. A introdução da educação financeira nesse momento, por exemplo, pode se dar de maneira prática, utilizando situações cotidianas de consumo e trocas simbólicas, como o brincar de loja ou de moeda, para que as crianças possam fazer experiências com essas noções. É importante, então, que a educação financeira na infância se baseie em atividades que estimulem o aprendizado por meio da experiência direta, alinhadas às competências cognitivas próprias de cada faixa etária.

É pertinente observar que o ensino de matemática nas escolas já oferece uma base valiosa para a integração de conteúdos financeiros, dado que a matemática envolve o raciocínio lógico e a resolução de problemas, habilidades fundamentais para a gestão de recursos financeiros. A matemática teórica, com suas regras e normas, representa a abordagem formal do conhecimento, enquanto a matemática do cotidiano, por sua vez, está mais alinhada às exigências práticas da vida diária, como medir, calcular preços ou negociar. A matemática financeira, por exemplo, pode ser abordada de maneira prática e contextualizada, a partir do momento em que os alunos começam a entender como o valor do dinheiro é alterado em função do tempo e das circunstâncias do mercado. Contudo, enquanto a matemática escolar exige um domínio das regras formais e dos conceitos estruturados, a matemática cotidiana demanda uma compreensão mais intuitiva e flexível, baseada em situações reais. Essa diferença reflete o contraste entre o aprendizado formal e o aprendizado contextualizado, que se dá a partir da vivência e da experiência do sujeito.

A introdução da educação financeira nas escolas, portanto, exige um modelo pedagógico que seja ao mesmo tempo técnico e humanizado. Embora os conceitos de planejamento financeiro, poupança e consumo responsável sejam essenciais, a educação financeira não deve ser reduzida a uma mera transmissão de conhecimentos técnicos, mas deve ser parte de um processo formativo mais amplo, que envolva a reflexão crítica sobre o papel do dinheiro na

sociedade e as escolhas que ele impõe a cada indivíduo. A criança não deve ser apenas orientada a “saber” o que fazer com o dinheiro, mas também a compreender os valores que orientam suas escolhas financeiras, considerando aspectos éticos, sociais e culturais. Essa perspectiva ampla é compatível com as diretrizes da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), que, ao integrar a educação financeira ao currículo escolar, busca formar cidadãos críticos e responsáveis, capazes de tomar decisões conscientes em relação ao consumo e à administração dos recursos financeiros. A BNCC, portanto, ao incluir a educação financeira como uma competência transversal, visa a um aprendizado que, mais do que técnico, seja reflexivo e contextualizado, adaptando-se à realidade dos estudantes e ao ambiente social em que estão inseridos.

Entretanto, a implementação efetiva da educação financeira nas escolas brasileiras ainda enfrenta desafios significativos. A falta de profissionais capacitados, a resistência a mudanças nos currículos e a desigualdade social e educacional em várias regiões do país são obstáculos que dificultam a plena integração da educação financeira nas escolas. Além disso, a formação de educadores para esse tipo de ensino demanda um olhar mais atento para as particularidades do contexto social e cultural dos alunos. A educação financeira deve ser entendida como uma ferramenta que vai além do simples ensino de conceitos financeiros; ela precisa ser integrada às experiências cotidianas dos alunos, respeitando suas vivências e possibilitando que eles se percebam como agentes capazes de gerir seus próprios recursos e tomar decisões financeiras informadas.

O Brasil, no entanto, tem avançado nesse sentido, com a inclusão da educação financeira nas diretrizes curriculares e o incentivo à implementação de programas de alfabetização financeira. O programa Aprender Valor, lançado pelo Banco Central em 2020, é um exemplo importante de como as políticas públicas podem integrar a educação financeira ao currículo escolar. A proposta, ao ser integrada de forma transversal nas disciplinas de Matemática e Ciências, oferece uma formação mais contextualizada e aplicável à realidade dos estudantes. Outros programas, como a Estratégia Nacional de Educação Financeira (ENEF), também buscam expandir a educação financeira em escolas públicas, com a finalidade de sensibilizar e capacitar tanto alunos quanto professores.

Contudo, apesar das iniciativas, é necessário que a educação financeira seja considerada de forma mais profunda e consistente no currículo escolar, para que possa desempenhar seu papel de preparar as futuras gerações para uma vida financeira equilibrada e consciente. O ensino da educação financeira nas escolas precisa ir além de abordagens técnicas e utilitaristas,

e deve buscar formas de fomentar o pensamento crítico e reflexivo sobre o uso do dinheiro, sobre as escolhas de consumo e sobre as implicações econômicas e sociais dessas escolhas. A educação financeira é uma parte fundamental da formação cidadã, capaz de oferecer aos indivíduos as ferramentas necessárias para que eles possam navegar em um mundo cada vez mais complexo e dinâmico, fazendo escolhas informadas e responsáveis em todas as esferas da vida.

5. CONCLUSÃO

A reflexão sobre a educação financeira na infância, particularmente em sua integração no currículo escolar, revela a complexidade e a relevância desse tema em um país como o Brasil, onde as desigualdades sociais e educacionais ainda se manifestam de maneira evidente. A educação financeira, longe de ser uma simples instrução sobre práticas econômicas ou habilidades numéricas, é uma ferramenta essencial para a formação de cidadãos críticos e conscientes, proporcionando a eles as competências necessárias para tomar decisões informadas e responsáveis em relação ao dinheiro, ao consumo e à vida cotidiana.

Ao longo deste estudo, foi possível perceber que a educação financeira não deve ser entendida de maneira isolada, mas como uma disciplina que interage e complementa outras áreas do conhecimento no currículo escolar. Ela precisa ser abordada de forma transversal, sendo integrada de maneira natural ao desenvolvimento de outras competências, como a capacidade crítica, a reflexão ética e a consciência social. A inclusão dessa temática desde a educação infantil não significa apenas ensinar as crianças a administrarem o dinheiro de forma prática, mas, antes de tudo, promover uma reflexão sobre o papel do dinheiro em sua vida e na sociedade, levando-as a questionar as dinâmicas do consumo, a desigualdade social e os impactos das decisões financeiras no bem-estar coletivo.

Nesse sentido, a educação financeira deve ser encarada como um processo contínuo e dinâmico, que começa desde os primeiros anos de vida escolar e se desenvolve ao longo da trajetória educativa do aluno. A proposta de ensinar a criança sobre noções básicas de finanças deve estar intimamente ligada à formação de valores éticos e sociais, buscando sensibilizá-las sobre questões mais amplas, como o consumo consciente, a sustentabilidade e a cidadania financeira. Ao fornecer as ferramentas para que as crianças compreendam o valor do dinheiro e as consequências de suas escolhas, a educação financeira também deve capacitá-las para a

construção de uma sociedade mais justa e equitativa, onde as decisões financeiras sejam tomadas de maneira responsável e reflexiva.

A implementação da educação financeira no currículo escolar, especialmente desde a infância, tem o potencial de reduzir as desigualdades econômicas e educacionais que marcam a realidade brasileira. Entretanto, sua efetividade depende da adaptação das práticas pedagógicas às realidades socioeconômicas das crianças, respeitando as diferentes vivências e contextos de vida de cada aluno. Para que isso aconteça, é necessário que as escolas se preparem adequadamente, capacitando seus professores e oferecendo ferramentas pedagógicas que possibilitem a aplicação dos conteúdos de maneira criativa, acessível e envolvente. Dessa forma, a educação financeira não será apenas mais um conteúdo no currículo, mas uma prática significativa, capaz de promover mudanças reais na vida dos estudantes.

Além disso, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) representa um avanço importante ao inserir a educação financeira como competência transversal. Contudo, a simples inclusão de temas financeiros nos documentos curriculares não garante que esses conteúdos sejam efetivamente ensinados de maneira profunda e crítica. O sucesso da implementação da educação financeira nas escolas depende de um esforço conjunto entre governos, educadores, famílias e organizações sociais, para que seja possível oferecer a todas as crianças as mesmas oportunidades de aprender a administrar suas finanças e compreender as dinâmicas econômicas que impactam suas vidas. Nesse processo, o papel das famílias é fundamental, já que elas são as primeiras responsáveis pela socialização das crianças, e a colaboração entre casa e escola pode potencializar os efeitos do aprendizado financeiro.

Iniciativas como o programa “Aprender Valor” e a Estratégia Nacional de Educação Financeira (ENEF) são louváveis e representam passos importantes para o alcance de uma educação financeira mais ampla e inclusiva. No entanto, para que esses projetos realmente atinjam seu potencial transformador, é preciso investir em formação contínua para os educadores, fornecendo-lhes os conhecimentos e as ferramentas necessárias para ensinar finanças de forma clara e envolvente. Somente assim, será possível garantir que os alunos adquiram habilidades financeiras que os preparem para enfrentar as exigências da vida adulta de maneira mais segura e consciente.

Por fim, a educação financeira deve ser vista não apenas como uma competência técnica, mas como um direito fundamental do cidadão. Ao proporcionar às crianças a compreensão dos conceitos financeiros desde cedo, estamos oferecendo a elas a possibilidade de se tornarem

adultos mais preparados para tomar decisões sobre sua vida financeira de forma autônoma e crítica. Ao longo do tempo, essa educação pode ter um impacto significativo na redução das desigualdades sociais, promovendo a justiça econômica e contribuindo para a construção de uma sociedade mais equitativa e sustentável. A inclusão da educação financeira no currículo escolar, especialmente desde os primeiros anos de vida, é, portanto, não só uma necessidade pedagógica, mas uma questão de justiça social, essencial para a formação de cidadãos mais conscientes, responsáveis e preparados para os desafios do futuro.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 23 dez. 1996.

BRASIL. Base Nacional Comum Curricular. Brasília. **Ministério da Educação**, 2018.

CORDEIRO, N.; COSTA, M.; SILVA, M. Educação Financeira no Brasil: uma perspectiva panorâmica. **Ensino da Matemática em Debate**, v. 5, n. 1, p. 69-84, 2018.

DESTEFANI, S. Educação Financeira na Infância. **Revista Eventos Pedagógicos**, v. 6, n. 4, p. 274-282, 2015.

GALLO *et al.* **A importância da educação financeira nas instituições de ensino brasileiras**. 2023. 24 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Administração) – Universidade Evangélica de Goiás, Goiânia, 2023.

HOLANDA, M. A importância da educação financeira no letramento matemático nos anos iniciais. **Revista Tópicos**, v. 2, n. 7, p. 1-16, 2024.

ORGANIZAÇÕES DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E CULTURA - Unesco. **Declaração Mundial sobre Educação Para Todos (Conferência de Jomtien)**. Tailândia: Unesco, 1990.

PIAGET, J. **Psicologia da Inteligência**. Rio de Janeiro: Zahar, 1974.

SOUZA, D. **A importância da educação financeira infantil**. 2012. 76 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Ciências Contábeis) – Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas, Centro Universitário Newton Paiva, Belo Horizonte, 2012.

TENFEN, L. **Educação Financeira no Brasil**. 2022. 47 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Economia) – Departamento de Economia e Relações Internacionais, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2022.

VYGOTSKY, L. **A Formação Social da Mente**. São Paulo: Martins Fontes, 1978.